Educação dos índios na Amazônia do século XVIII

uma opção laica*

Mauro Cezar Coelho**

Resumo:

Este artigo trata do conteúdo pedagógico subjacente à política indigenista formulada pela metrópole portuguesa, para os índios do Vale Amazônico, na segunda metade do século XVIII. Tal política, consubstanciada na Lei do Diretório dos Índios, teve por objetivo a regulação da liberdade concedida aos índios em seis de junho de 1755 e a constituição de um projeto de civilização que tornasse lusas aquelas populações. Sem recusar a catequese, tal projeto primava pelo caráter laico, concretizado na promoção de casamentos interétnicos, no ensino da língua portuguesa e na introdução do trabalho agrícola.

Palavras-chave:

educação; civilização; Amazônia colonial; história do indigenismo.

* O presente artigo constitui parte das reflexões realizadas no âmbito de minha tese de doutoramento, orientada pela professora Mary Del Priore e defendida no Programa de História Social da Universidade de São Paulo (USP) (ver Coelho, 2006).

** Professor adjunto da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Indian education in eighteenth century Amazon

the lay option

Mauro Cezar Coelho

Abstract:

This article deals with the underlying pedagogical content to the indigenous politics formulated by the Portuguese metropolis, for the Indians of the Amazonian Valley, in the second half of 18th century. Such politics consubstantiate in the Law of the Directory of the Indians, it had for objective the regulation of the freedom granted to the Indians in June six of the 1755 and the constitution of a civilization project. Without refusing catechization, such project gave primacy for the lay character by promotion of inter-ethnic marriages, by the teaching of Portuguese language and by introducing agricultural work.

Key-words:

education; civilization; colonial Amazonian history; indigenous history.

Amanham-se as plantas pela cultura
e os homens pela educação.

[Jean-Jacques Rousseau, no *Emílio*]

A chegada dos europeus ao Novo Mundo trouxe alterações definitivas na vida das populações que o habitavam. Em alguns casos, as transformações significaram o desaparecimento total de etnias e comunidades, em outros a modificação absoluta das suas formas de vida. Mesmo os povos refratários ao contato e que se mantiveram alheios às tentativas alienígenas adotaram a resistência como uma nova dimensão de seu presente e futuro. Logo, não importa o aspecto da vida considerado, todos aqueles antigos habitantes viram suas existências alteradas (ou extintas!), em função da presença dos invasores.

Na América portuguesa, as populações indígenas experimentaram várias mudanças, todas suscitadas pelo convívio ou pela proximidade dos europeus: o interesse pela mão-de-obra nativa promoveu guerras entre nações rivais, de forma que escravizasse os prisioneiros (Raiol, 1968, pp. 119-124); as epidemias, causadas por vírus e bactérias trazidas pelos conquistadores, alteraram o imaginário indígena e fizeram surgir entidades relacionadas às enfermidades (Alencastro, 1991, pp. 99-100); as relações de comércio – de gêneros e escravos – estabelecidas com os europeus redimensionaram o equilíbrio de poder entre as nações indígenas, como foi o caso dos Manao, que lutaram pela supremacia política na região onde viviam e pelo acesso privilegiado ao tráfico de escravos, travando conflitos com os Puinave e outros grupos do Alto Ventuari e Alto Caura – áreas de *reserva* de cativos (Dreyfus, 1993, pp. 26-28 e p. 36).

Além desses, outros processos de modificação do horizonte de expectativas foram introduzidos arbitrariamente, dado o empenho ibérico no aproveitamento das populações nativas no processo de colonização (Prado Júnior, 1977, p. 91). Conforme aponta Colin MacLachlan, o interesse português e espanhol decorria da importância que ambas as coroas conferiam à questão indígena para a definição da soberania sobre as áreas conquistadas. Além disso, a cristianização e a afirmação dos direitos econômicos sobre a riqueza e o trabalho indígenas engendrou uma série de políticas que aspirou regular a vida ameríndia (MacLachlan, 1972,

p. 357). No caso da América portuguesa, os três séculos de colonização derivaram em um volumoso aparato legal que interveio profundamente nas relações que aquelas populações mantinham entre si e com os colonizadores. O que não quer dizer, evidentemente, que não houvesse transformações em curso, iniciadas antes do advento da colonização europeia ou que todas as mudanças tenham decorrido da presença alienígena (Roosevelt, 1992; Porro, 1995). Quer dizer, ao contrário, que a presença europeia interferiu nos processos históricos das populações nativas, fosse pela simples presença dos colonos, fosse pelas políticas indigenistas implementadas.

Neste artigo, meu objetivo é discorrer sobre o projeto educacional pensado para o Vale Amazônico, a partir da introdução da Lei do Diretório dos Índios, em 1758. Essa lei, formulada como parte da política de integração do Vale ao Império Português, consistiu em um conjunto de dispositivos que pretendiam regular a liberdade concedida aos índios pela lei de seis de junho de 1755¹.

Os parágrafos da Lei do Diretório dos Índios previam estratégias de inserção dos índios na sociedade colonial: aprendizado da língua portuguesa, em detrimento das línguas nativas, e, especialmente, da língua geral, o Nheengatu; o incentivo aos casamentos mistos, envolvendo índios e brancos; a disseminação do trabalho agrícola, visto como fator econômico e civilizacional.

Ao longo dos 40 anos em que esteve em vigor, uma parcela relevante da população indígena transferiu-se dos locais em que vivia para as mais de 50 povoações erigidas para abrigá-las. Durante esse período, aquelas populações indígenas, colonos e escravos africanos, reunidos no Vale Amazônico, encetaram relações de necessidade que, de várias maneiras, alteraram as suas antigas formas de vida.

Minha preocupação é demonstrar que o Diretório dos Índios deu início a uma nova cadência no ritmo pelo qual as populações indígenas eram atingidas pelos projetos de civilização, em função do projeto pedagógico que lhe era subjacente. Mesmo levando-se em conta o caráter impositivo

1. Sobre o Diretório dos Índios ver, além da bibliografia presente nas demais indicações, Coelho (2000).

dos instrumentos legais indigenistas, poucos dos que o precederam tiveram a ambição de implementar uma transformação tão radical na vida indígena. Parte da originalidade da Lei do Diretório decorre de sua condição de legislação ilustrada. Ressalto que essa condição não lhe é dada pelo tempo. A rigor, o Diretório dos Índios não *nasce* como produto do Iluminismo. Tendo sido formulado como resposta à pressão dos colonos para que a concessão de liberdade aos índios não resultasse em escassez de trabalhadores, ele é, muito propriamente, uma lei colonial, cuja origem decorre da antiga demanda por mão-de-obra (Coelho, 2006).

O que lhe garante a condição de legislação ilustrada é o que lhe foi acrescido com o objetivo de, satisfazendo-se as demandas dos colonos, se concretizarem as projeções da metrópole. A formulação inicial de Sebastião José de Carvalho e Melo, então ministro plenipotenciário da Coroa portuguesa (Teixeira Soares, 1983; Maxwell, 1996), com relação às populações indígenas, previa a concessão da liberdade aos índios e o estabelecimento das populações contatadas em povoações administradas pelas próprias chefias indígenas². O convívio com os colonos e a conseqüente participação na sociedade portuguesa faria com que os índios, por meio da razão (o baluarte do pensamento ilustrado, condição do gênero humano, o qual conduziria a *melhor* alternativa), percebessem as virtudes da cultura lusitana e da civilização europeia e adotassem uma e outra. Carvalho e Melo formulara, portanto, um cogito genuinamente ilustrado, uma vez que pressupunha que a razão, inerente ao homem e, portanto, extensiva aos índios, prevaleceria sobre a *barbárie* e, assim, a cultura e os costumes europeus seriam adotados.

Ainda que ao final o Diretório dos Índios tenha adotado a tutela como pressuposto de intermediação, baseando-se na idéia da incapacidade relativa dos índios e na conseqüente necessidade de que fossem conduzidos à vida civilizada, seus parágrafos incorporam uma questão fundamental no âmbito da filosofia das Luzes. O redimensionamento do papel missionário e o estabelecimento de valores laicos, como as bases

2. “Instruções Régias, Públicas e Secretas para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Capitão general do Estado do Grão-Pará e Maranhão” (Mendonça, 1963, v. 1, pp. 26-38).

sobre as quais se resgataria o indígena da condição de *miséria* e *selvageria* em que se encontrariam e o introduziriam no mundo civilizado, tornam o Diretório dos Índios uma peça expressiva do Século das Luzes.

Com ele, a cristianização, único caminho de acesso à civilização até então, passou a ser vista como parte do processo de educação do indígena – essencial, mas não a mais importante. O casamento, o ensino da língua portuguesa e o trabalho assumiram lugar de destaque entre as estratégias vislumbradas pela legislação. Tais instâncias situaram o processo de civilização como um empreendimento laico, no qual a experiência, o exemplo e a adoção de valores civis se tornaram fundamentais.

O Diretório dos Índios, como lei colonial e ilustrada, não apenas enfatizou as mudanças sentidas pelas populações indígenas, como se verá oportunamente, mas também empreendeu uma enorme inflexão na estratégia das políticas indigenistas até então promulgadas. Todas elas atuavam sobre a arregimentação, o controle e a distribuição da mão-de-obra. Quando legislavam sobre os mecanismos de transformação das formas de vida das populações contatadas e submetidas, elas limitavam-se a determinar que a cristianização fosse garantida. Os processos de transformação cultural – de um e de outro lado – ocorreram, no mais das vezes, à revelia da lei (Freyre, 1996, pp. 188-187; Holanda, 1994; Kern, 1993). A apropriação de costumes e objetos e a instituição de uniões interétnicas resultaram do convívio – freqüentemente violento – de colonos e indígenas, sem que a legislação tivesse qualquer participação positiva.

Pois, a política indigenista, associada ao Diretório dos Índios, assegurou a miscigenação, por meio do casamento interétnico, como uma estratégia de educação e civilização. A lei de 4 de abril de 1755 pôs fim ao caráter negativo atribuído às uniões mistas até aquele momento³. O texto remetia a decisão à necessidade de povoar o território⁴. A Lei do Diretório reeditou a medida, situando-a, no entanto, como uma estratégia

3. Há que se notar que em uma sociedade hierárquica e discriminatória como era a colonial os casamentos envolvendo indivíduos tidos por inferiores não eram bem vistos. No entanto, como já alertou Sérgio Buarque de Holanda, tais enlaces foram comuns em certas áreas e não impediram a promoção social dos envolvidos (Holanda, 1979, p. 26).

4. Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), caixa 38, documento 3.568.

de erradicação da diferença entre índios e brancos e como uma afirmação da boa vontade portuguesa, para com as populações indígenas. Vejamos o que dizem os parágrafos 88 e 91 que tratam do assunto.

88 – Entre os meios, mais proporcionados para se conseguir tão virtuoso, util e santo fim, nenhum he mais efficaz, que procurar por via de casamentos esta importantíssima união. Pelo que recommendo aos Directores, que apliquem hum incessante cuidado em facilitar, e promover pela sua parte os matrimonios entre os Brancos, e os Indios, para que por meio deste sagrado vinculo se acabe de extinguir totalmente aquella odiosissima distincção, que as Nações mais polidas do Mundo abominarão sempre, como inimigo commum do seu verdadeiro, e fundamental estabelecimento.

91 – Deste modo acabarão de comprehender os Indios com toda a evidencia, que estimamos as suas pessoas; que não desprezamos as suas allianças, eo seu parentesco; que reputamos, como próprias as suas utilidades; e que desejamos, cordial, e sinceramente conservar com elles aquella recíproca união, em que se firma, e estabelece a sólida felicidade das Republicas [Directorio..., 1988, pp. 201-202].

A instrução passada ao tenente Diogo Antonio de Castro, quando este assumira a administração da Vila de Borba, a Nova, em 1756, uma das primeiras povoações coloniais erguidas sob a égide da nova política, já incorporava esse princípio. Ela recomendava ao tenente que cuidasse para que os homens brancos, casados com índias, não abandonassem as suas mulheres, nem as obrigassem ao trabalho (Mendonça, 1963, v. 3, pp. 895-900). Francisco Xavier de Mendonça Furtado, autor da instrução e um dos formuladores da política projetada⁵, alertava para um risco subjacente aos casamentos mistos – os *cunhamemas*: homens que utilizavam o casamento como meio de arregimentação de mão-de-obra, submetendo suas mulheres e a sua parentela ao trabalho (Hurley, 1938, pp. 204-205). Patrícia Sampaio narra um episódio envolvendo o *cunhamema* João Portez Arzão e suas duas esposas. Ao casar-se com a

5. Sobre Francisco Xavier de Mendonça Furtado ver Pereira (1990) e Rodrigues (1999).

filha do “Principal”⁶ Sanidato, Arzão recebera ferramentas, terras e índios para dar início às roças da nova família. O pai da noiva, no momento da cerimônia, garantiu que criaria uma povoação, junto com sua gente, a qual empregara, imediatamente, nas roças do genro. Ocorreu, todavia, que um outro Principal surgiu, dias depois, reclamando o noivo – alegava ser ele marido de sua filha.

Os desdobramentos desse episódio resultaram na morte do *cunhamema*, assassinado por um de seus sogros, na ameaça de quebra da promessa do Principal Sanidato, de erigir uma povoação, e nos esforços do governador, Joaquim de Mello e Povoas, em por um fim à onda de violência, providenciando novos noivos para as viúvas (Sampaio, 2001, pp. 200-201). João Portez Arzão, suas esposas e seus sogros dão conta da importância de tais casamentos, na segunda metade do Setecentos. Antes realizados à revelia do Estado e movidos pelos interesses dos indivíduos imediatamente envolvidos – homens, mulheres e suas parentelas – os casamentos interétnicos passaram a serem vistos como uma política de aproximação e aliança entre brancos e índios.

Mas não só. D. Miguel de Bulhões, bispo do Pará, considerava tais casamentos a forma mais eficaz de povoar as terras da colônia com elementos brancos e de torná-las civis⁷. Sua consideração apresentava uma outra faceta da política de incentivo aos casamentos. Em primeiro lugar, ela compreendia a eliminação física e cultural das populações indígenas, por meio da miscigenação. Os casamentos deveriam prover as terras da colônia de habitantes que recusavam a herança materna. Em segundo lugar, e em estreita relação com o anterior, os frutos de tais uniões deveriam ser educados segundo a cultura portuguesa. A paternidade assumia uma função pedagógica atribuída pela política, deveria incutir em filhos mestiços os valores que garantiriam a difusão da cultura lusitana e a identificação com os projetos da metrópole. Por conseguinte, esperava-se que os pais

6. O termo “Principal” está relacionado à idéia de distinção. Foi associado às chefias indígenas, desde o início da colonização, mas não se restringia a elas. Não obstante, era por meio dele que as chefias eram identificadas.

7. Biblioteca Nacional de Lisboa Coleção Pombalina (BNLCP), código 628, documento 81 (27 fev. 1756).

fizessem com que suas esposas e seus familiares abandonassem os seus costumes, em favor dos deles, conforme se verifica na crítica de Alexandre Rodrigues Ferreira, naturalista que percorrer o Vale na década de 1780, relativa ao comportamento dos brancos, depois de casados:

[...] Europeos, estabelecidos, os quaes se depressão de trabalhar. Sendo alias a maior parte delles de natureza tal, que em vez de ensinarem as Indias suas mulheres e aos Mamelucos seus filhos, os Costumes dos Brancos, pelo contrario são elles os que adoptaõ os Costumes dos Indios, e ficaõ tálvez um pouco peiores [Ferreira, 28 out. 1787].

O frei João de São José teceu crítica semelhante:

[...] me presuado que em Constantinopla com grande indiferença se fariam turcos, e com a mesma protestantes em Inglaterra; sem verdade nos juramentos, que ainda assim costumam observar os que seguem Mafoma e Luthero, principalmente os que entre estes se dizem de probidade e honra. Para os costumes dos indios estes são pessimos missionarios, vivendo em uma ociosidade continua, occupando o tempo em tocar viola, fumar tabaco, e balanço de rede [Viagem..., 1869].

Ao que parece, por conseguinte, os homens dispostos a unirem-se às índias não partilhavam as mesmas preocupações que a metrópole. As questões que os motivaram podem ter sido outras: em primeiro lugar, a vontade e a necessidade de constituir uma família, a qual lhe garantisse afetividade e um lugar social (MacLachlan, 1972, pp. 371-372; Figueiredo, 1997, pp. 146-156). Como o exemplo de João Portez Arzão sugere, o casamento implicava o estabelecimento de solidariedades importantes, oferecidas pelos sogros, cunhados, primos etc. Em segundo lugar, o patrocínio do Estado se fazia por meio de benesses cobiçadas: a suspensão do caráter infame, normalmente imputado aos matrimônios mistos; o dote, composto de roupas ou tecidos, ferramentas, uma medida de sal, terras e animais (Mendonça, 1963, v. 3, p. 977); e a isenção do serviço militar, concedida em alguns casos⁸.

8. AHU, 48, 4362 (10 nov. 1760).

Ainda que a projeção não tenha resultado em obediência irrestrita aos interesses metropolitanos. A política de casamentos mistos consubstancia uma inflexão importante, porque atribui à família um projeto do Estado: a educação de mulheres e crianças conforme um padrão europeu, o qual previa a educação religiosa, mas não se limitava a ela. Os pais deveriam inculcar valores, formas de pensar, posicionamentos e uma nova atitude que distinguisse e *libertasse* as novas gerações da herança deixada por seus avós maternos.

A política de incentivo aos casamentos mistos não vigorou solitária. Associada a ela implementou-se a adoção da língua portuguesa. Com relação a essa última, percebo outra inflexão introduzida pelo Diretório dos Índios. Na América ibérica, os missionários realizaram um enorme investimento no domínio da língua e da cultura ameríndias, de forma que pudessem utilizá-las em favor da cristianização. No território americano-português, os missionários constituíram táticas de assimilação originais ao dominarem as línguas indígenas e as utilizarem para a transmissão de valores cristãos (Bittencourt & Silva, 2002, pp. 65-66). Nesse contexto, a língua era tida como o veículo para a consecução do empreendimento mais importante – a catequização.

A política indigenista iniciada com o ministério pombalino, no entanto, assumiu o ensino da língua portuguesa como uma estratégia de afirmação da soberania lusitana. Francisco Xavier de Mendonça Furtado o recomendara antes mesmo da formulação do Diretório dos Índios⁹. Os parágrafos seis e sete dessa lei, todavia, dão total conta da forma pela qual aquela pretensão metropolitana foi incorporada:

6 – Sempre foi maxima inalteravelmente praticada em todas as Naçoens, que conquistarão novos Domínios, introduzir logo nos Póvos conquistados o seu próprio idioma, por ser indisputável, que este he hum dos meios mais efficazes para desterrar dos Póvos rusticos a barbaridade dos seus antigos costumes; e ter mostrado a experiencia, que ao mesmo passo, que se introduz

9. AHU, 33, 3080 (14 ago. 1751). Mendonça (1963, v. 1, p. 147) (8 jan. 1752); Mendonça (1963, v. 2, p. 636) (21 out. 1754).

nelles o uso da Lingua do Principe, que os conquistou, se lhes radica tambem o affecto, a veneração, e a obediencia ao mesmo Principe. [...]

7 – E como esta determinação he a base fundamental da Civilidade, que se pertende, haverá em todas as Povoaçãoens duas Escolas públicas, huma para os Meninos, na qual se lhes ensine a Doutrina Christãa, a ler, escrever, e contar na fórma, que se pratica em todas as Escolas das Naçoens civilizadas; e outra para as Meninas, na qual, além de serem instruidas na Doutrina Christãa, se lhes ensinará a ler, escrever, fiar, fazer renda, custura, e todos os mais ministérios proprios daquelle sexo [Directorio..., 1988, pp. 168-169].

O ensino da doutrina cristã, como se vê, passou a ser visto como parte do processo de inclusão do indígena na sociedade portuguesa. O domínio da língua, nesse sentido, deixou de constituir um acesso à salvação da alma e significou a afirmação da soberania metropolitana. Os mestres-escola deveriam ensinar, especialmente às crianças, a língua da metrópole. Os meninos aprenderiam a contar, somar e subtrair, enquanto as meninas deveriam dominar as habilidades que lhes garantiriam o lugar de esposa e mãe.

Nos primeiros anos de vigência daquela lei, a preocupação em garantir o sucesso dessa iniciativa foi uma constante. Em 1759, Francisco Xavier de Mendonça Furtado reportava ao secretário do Ultramar os resultados positivos da introdução da língua portuguesa e a sua eficácia na consolidação da união de brancos e índios¹⁰. No ano seguinte, chefiando aquela Secretaria de Estado, notificou a Manoel Bernardo de Mello e Castro, chefe do governo da capitania do Pará, a ida do professor de gramática, Euzébio Luiz Pereira Ludon, com o objetivo de introduzir um novo método de estudos, e o envio de material de ensino matemático¹¹.

Manoel Bernardo de Mello e Castro, além de garantir à metrópole o cumprimento da política educacional¹², sugeriu a fundação de um semi-

10. *Annaes da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará (ABAPP)*, Belém, t. 7, pp. 38-41, 1913 (27 mar. 1759).

11. *Arquivo Público do Estado do Pará (APEP)*, 103, 63 (4 jul. 1760); *APEP*, 103, 65 (4 jul. 1760).

12. *ABAPP*, Belém, t. 10, pp. 301-302, 1968 (13 out. 1760).

nário destinado à educação da infância indígena¹³. Da Vila de Cameté, no Pará, o capelão Manoel Eugênio da Cruz afiançou a Mendonça Furtado que o governador estabelecera duas escolas naquela vila¹⁴. O ouvidor da capitania, Feliciano Ramos Nobre Mourão, reportou a iniciativa do governador em distribuir os filhos dos Principais, capitães e demais oficiais índios pelas casas do bispo, coronéis e outras autoridades, para que recebessem educação adequada. Contou que o próprio governador mantinha nove meninos em sua casa, os quais freqüentavam a escola e a missa dominical, vestidos e calçados¹⁵.

Tais manifestações da preocupação de Mello e Castro com a questão educacional dão testemunho maior da importância do ensino da língua portuguesa, do que do engajamento do governador à política de assimilação. A rigor, a edificação de escolas e o preenchimento dos cargos de mestres não eram tarefas fáceis. Em novembro de 1761, Mello e Castro notificava Mendonça Furtado da dificuldade em prover as funções de mestre-escola e solicitava autorização para que pudesse empregar párcos. Em anexo, afirmava que além da capital, Belém, havia demanda de professores nas vilas de Bragança, Ourém, Macapá, Vistoza, Mazagão, Santarém e Cameté¹⁶.

Por meio daquela notificação, Mello e Castro respondia a uma ordem do rei, recebida em 9 de junho daquele ano, a qual determinava o provimento de escolas e professores nas povoações do Estado. A mesma ordem fora transmitida ao bispo do Pará, o qual se prontificara a contribuir no que pudesse para o estabelecimento de escolas naquela capitania¹⁷. Muito provavelmente, as autoridades metropolitanas já haviam sido informadas do que ocorria nos sertões do Vale Amazônico. Em alguns lugares a língua geral, o Nheengatu, permanecia o idioma corrente¹⁸. Em 1766, Mendonça Furtado exigia do governador de então, Fernando da Costa de

13. ABAPP, Belém, t. 10, pp. 307-308, 1968 (11 nov. 1760).

14. AHU, 49, 4511 (20 jun. 1761).

15. AHU, 49, 4523 (28 jun. 1761).

16. AHU, 51, 4690 (17 nov. 1761).

17. AHU, 51, 4701 (21 nov. 1761).

18. AHU, 53, 4839 (15 set. 1762).

Ataíde Teive, um relatório sobre as escolas existentes nas povoações e já adiantava que a resistência infantil à escola era comum mesmo entre os portugueses, como que indicando a quem cabia a responsabilidade por qualquer eventual insucesso¹⁹.

O relatório pedido, se elaborado, reportaria que em algumas povoações, como as de Lamalonga e São José do Javari, a função de mestre era ocupada, quando o era, por um soldado²⁰. Em outras, como o Lugar de Moreira, não havia mestre algum²¹. A dificuldade de prover os cargos de mestre-escola pode ser vislumbrada pelo número de nomeações para o cargo, encontrado entre as 1.735 nomeações relacionadas em uma série localizada nos códices do APEP, compreendendo o período de 1772 a 1794: uma – de Percúcio Rodrigues, para a Vila de Almeirim, em 1779²².

Não por outra razão o trabalho constituiu o principal recurso pedagógico para a transformação do indígena em um elemento útil ao Império. O incentivo aos casamentos interétnicos e a introdução da língua portuguesa, apesar de sua importância política, não receberam a mesma atenção que a atividade agrícola, a qual agregava valor econômico a sua condição de estratégia pedagógica. Mais uma vez, não há originalidade no recurso à agricultura, pois as iniciativas missionárias compreendiam, além da catequese, o aprendizado de artes mecânicas e técnicas agrícolas (Raiol, 1968, p. 127). E elas foram vistas, desde cedo pelas Coroas ibéricas, como estratégias necessárias no processo de transformação do indígena em um elemento dócil às investidas dos colonizadores (Schwartz, 1999, pp. 45-46; Domingues, 2000, pp. 92-93). A potencialidade da atividade agrícola, como fator gerador de recursos e de comportamentos, foi o que fez dela um dos pilares da política de transformação da vida indígena, projetada pela metrópole, e o que lhe garante a originalidade, no novo contexto: ela assumiu o lugar do catecismo, pois seria o trabalho, mais que todo o resto, o que tornaria *civilizado* o índio.

19. APEP, 166, 84 (23 jul. 1766).

20. APEP, 217, 19 (23 jul. 1770); APEP, 217, 37 (25 jul. 1772).

21. APEP, 217, 51 (25 jul. 1770).

22. As nomeações compõem os códices 251, 368 e 514, do APEP.

Reparem, aqui, que a pretensão é maior do que a em pauta no passado, quando a introdução das práticas agrícolas nas aldeias de índios, pelos missionários, tinha por objetivo torná-los afeitos à disciplina e dóceis aos anseios coloniais. A agricultura surge, no Diretório dos Índios, como o meio pelo qual o índio se tornava, mais que trabalhador, um elemento positivo do Império. Independentemente dos desdobramentos futuros – quaisquer que tenham sido –, a aplicação do indígena no trabalho agrícola – e nas demais atividades laborais – não pode ser vista como deslocada da projeção inicial de, em primeiro lugar, torná-lo um vassalo do rei e, em segundo lugar, de incutir valores que a catequização recusava, como a ambição, o entesouramento, além do espírito pragmático que os filósofos ilustrados viam como *locus* do desenvolvimento das capacidades do homem (Vincent, 1994).

Conforme defendeu Alexandre Rodrigues Ferreira, ao projetar uma história da indústria americana, 30 anos depois de promulgada a Lei do Diretório, seria função do trabalho exercitar o gênio – a capacidade humana de inventar, de produzir, de superar-se (Ferreira, 29 ago. 1787). A agricultura, segundo o mesmo naturalista, cumpriria esse papel, uma vez que implicaria (para além do evidente investimento em trabalho, necessário para a domesticação de plantas e animais) a afirmação da racionalidade e do gênio humano em submeter a natureza – em dominá-la e colocá-la a seu serviço (Coelho, 1996, pp. 73-143).

As *Instruções* trazidas por Francisco Xavier de Mendonça Furtado já recomendavam o fomento à agricultura (Mendonça, 1963, v. 1, pp. 26-38, parágrafos 12, 19 e 30-33), o que o levou a aplicá-las imediatamente, tendo em vista a necessidade de reverter o quadro de escassez de gêneros que encontrara ao assumir o governo (idem, p. 278, 9 nov. 1752). Mendonça Furtado não apenas incentivara a aplicação dos índios na agricultura, como forma de abastecer a colônia²³, mas procedera a um levantamento minucioso das perspectivas agrícolas, no Vale Amazônico (idem, pp. 199-204, 22 jan. 1752). Tratou, cedo, de enviar amostras de gêneros cultivados no vale, a fim de que a metrópole averiguasse a sua

23. AHU, 33, 3080 (14 ago. 1751).

qualidade e adequação para o comércio, como fez com o café (idem, pp. 91-92, 3 dez. 1751), e de testar as possibilidades de cultivo de gêneros como a amora (idem, pp. 532-534, 8 mar. 1754) e o algodão²⁴. No entanto, foram as instruções passadas pelo próprio Mendonça Furtado a João Batista de Oliveira, quando este fora estabelecer a Vila de São José de Macapá, as que, inicialmente, se referiram à agricultura como algo mais que uma atividade econômica. As instruções retiravam da faina agrícola o caráter negativo que lhe era atribuído, habilitando os agricultores a todas as honras a que pudessem aspirar (idem, p. 115, 18 dez. 1751).

Foi a Lei do Diretório dos Índios, porém, que, dispensando boa parte dos seus parágrafos à agricultura, evidenciou o lugar ocupado por essa atividade na política indigenista implementada: dos 95 parágrafos que a compõem, 11 tratam exclusivamente da questão agrícola – do décimo sexto ao vigésimo sexto, inclusive, todos incentivam, regulam e ordenam aquela atividade (Directorio..., 1988, pp. 173-177). O parágrafo décimo sétimo, no entanto, sintetiza o sentido que se pretendeu atribuir-lhe:

17 – Em primeiro lugar cuidarão muito os Directores em lhes persuadir [aos índios] o quanto lhes será útil o honrado exercicio de cultivarem as suas terras; porque por este interessante trabalho não só terão os meios competentes para sustentarem com abundancia as suas casas, e familias; mas vendendo os gêneros, que adquirirem pelo meio da cultura, se augmentarão nelles os cabedães á proporção das lavouras, e plantaçoens, que fizerem. E para que estas persuasoens cheguem a produzir o effeito, que se deseja, lhes farão comprehender os Directores, que a sua negligencia, eo seu descuido, tem sido a causa do abatimento, e pobreza, a que se achão reduzidos; não omitindo finalmente diligencia alguma de introduzir nelles aquella honesta, e louvável ambição, que desterrando das Republicas o pernicioso vicio da ociosidade, as constitúe populosas, respeitadas e opulentas [idem, p. 173].

A agricultura, portanto, ocupava lugar de destaque no programa de transformação do indígena. Ela deveria incutir nele a disciplina – livran-

24. BNLC, 620, 208 (26 maio 1756).

do-da preguiça *atávica* – e a ambição (variável original), tornando-o um membro produtivo e valioso do Império. Para tanto, a Lei do Diretório retirava da lida agrícola o caráter infame e revertia a concepção corrente acerca do trabalho, na colônia: de atividade purgativa, meio de expiação dos pecados (Souza, 1986, pp. 72-85), ela passava a condição de redentora. A agricultura, naquele novo contexto, era apresentada não como o lugar do sofrimento, mas do enobrecimento, do enriquecimento, da fartura. A inflexão não se deve, única e exclusivamente, à influência dos valores ilustrados, insistentemente debatidos pelos filósofos das luzes. Ela decorreu, também e sobretudo, da necessidade de fazer das populações indígenas recursos produtivos para a metrópole.

O conteúdo pedagógico, assim, esteve sempre associado ao imperativo econômico. Perto de 20 anos após a promulgação do Diretório dos Índios, o governador João Pereira Caldas insistia que as demais atividades nas quais a população indígena fosse empregada não deveriam impedir a sua aplicação na agricultura²⁵. Afinal, o abastecimento da colônia dependia, em larga medida, da produção agrícola indígena. Quatro anos depois daquela manifestação, outro governador, Jozé de Nápoles Tello de Menezes, voltava ao tema, condenando a ocupação das populações indígenas em outras atividades que não a agrícola²⁶. No ano seguinte, em 1781, ele isentava os índios militares de qualquer outra ocupação que não as suas roças²⁷. Quase dez anos depois, Francisco de Souza Coutinho, último governador sob a vigência do Diretório dos Índios e o autor da legislação que o aboliu, conclamava os diretores para que não se descuidassem das atividades agrícolas²⁸.

Souza Coutinho concluía, aliás, uma das críticas contumazes ao Diretório dos Índios, que as lavouras dos moradores brancos, a coleta das drogas do sertão e as diversas expedições realizadas ao Mato Grosso e ao Rio Negro impediam que os índios fossem aplicados na lida agrícola. O diretor da Vila de Colares, em 1772, Agostinho Antonio de

25. APEP, 291, 249 (6 ago. 1776).

26. APEP, 356, 85 (9 jun. 1780).

27. APEP, 356, 259 (17 maio 1781).

28. APEP, 466, 30 (1 set. 1790).

Lyra Barros, por exemplo, denunciara que ao assumir a diretoria da vila não encontrara roça feita ou qualquer gênero agrícola armazenado²⁹. Alexandre Rodrigues Ferreira acusava a coleta das drogas do sertão de ser o maior empecilho ao desenvolvimento da agricultura, em função do que consumia em tempo e recursos humanos³⁰. Uma reflexão semelhante, mas de autor anônimo, elaborada na década de 1790, sem esquecer a importância negativa da coleta das drogas do sertão, reputa o Estado como o maior responsável pelas dificuldades vividas pela agricultura, pelo uso excessivo que fez da mão-de-obra indígena³¹.

Uma e outra acusação foram incorporadas pela historiografia – a qual considerou a utilização da mão-de-obra indígena, no volume e na intensidade ocorrida, um desvio das intenções originais do Diretório dos Índios. No entanto, dada a compreensão de que o trabalho cumpria papel relevante na transformação da cultura e dos costumes índios, não se pode afirmar que tenha havido uma total descaracterização das pretensões iniciais dos legisladores. Além do mais, a Lei do Diretório dos Índios surgiu como uma resposta à resistência dos colonos em abrir mão da força de trabalho indígena. E depois, num contexto de fomento ao cultivo de gêneros que tivessem aceitação no mercado atlântico, a metrópole incentivou – diretamente ou pelos governadores enviados ao Vale Amazônico – a cultura de algodão, arroz, anil e urucum (Mendonça, 1963, v. 3, pp. 1.049-1.052, 10 maio 1757)³², os quais demandavam uma oferta regular de trabalhadores.

A metrópole garantiu, por meio de seus representantes, que essa oferta não conhecesse solução de continuidade: a relação de documentos concedendo índios para o trabalho nas culturas referidas é grande. A área

29. APEP, 243, 19 (20 jul. 1772).

30. AHU, 93, 7450 (10 out. 1784); Ferreira (1885, p. 63-65).

31. IHGB, lata 284, pasta 3, doc. 31 (1 jan. 1790).

32. APEP, 279, 14 (1 set. 1774); IHGB, lata 284, pasta 3, documento 13 (23 out. 1774); APEP, 291, 249 (22 jan. 1776); APEP, 291, 232 (27 set. 1776); APEP, 306, 168 (27 nov. 1776); APEP, 306, 207 (22 dez. 1776); APEP, 319, 13 (11 ago. 1777); APEP, 319, 167 (5 dez. 1777); APEP, 319, 366 (10 jun. 1778); APEP, 319, 385 (19 jun. 1778); APEP, 356, 97 (29 jul. 1780); APEP, 356, 140 (7 dez. 1780); APEP, 356, 151 (15 dez. 1780); APEP, 466, 127 (18 dez. 1790).

do Cabo Norte consumiu grande parte deles, uma vez que lá se concentrava a produção de arroz – item que se tornara importante na pauta de comércio do Estado (Acevedo Marin, 1998, pp. 53-91). Os índios foram distribuídos, no entanto, por onde quer que fossem necessários: além das vilas de São José de Macapá, Mazagão e Vistoza – no Cabo Norte – Bragança, Santarém Novo, Serzedelo e Cameté foram agraciadas com índios provenientes de diversas localidades³³.

Durante a vigência do Diretório dos Índios a preocupação em civilizar, por meio da agricultura, nunca esteve distante da necessidade de manter a colônia abastecida de gêneros para o consumo interno e para o comércio interatlântico. Mesmo no governo de Francisco de Souza Coutinho, que assistiu à última década de vigência do diretório, essa associação esteve presente. Os diretores de Portel, Salvaterra, Pombal e Melgaço e os Principais de Mondim, Soure e Melgaço foram convocados a submeterem as populações sob sua autoridade ao trabalho agrícola³⁴.

A Lei do Diretório dos Índios, portanto, constituiu um programa original de inserção do indígena na sociedade colonial portuguesa. Ela consubstanciou o que pode ser classificado como um projeto pedagógico: uma tentativa de inculcar valores, habilidades e uma visão de mundo, própria do Ocidente, nas populações indígenas transferidas para as povoações coloniais. Tal projeto se realizaria não somente nas escolas para os índios, mas, também e principalmente, nas relações sociais suscitadas por meio das uniões mistas. Assim, o elemento ocidental – o pai, o semeador – seria, tal como o professor o é, o responsável por engendrar uma modificação no comportamento de sua esposa e filhos. Mas, os pais não estariam sozinhos. Na escola e nas roças, crianças e adultos seriam educados para agir em uma nova vida e segundo uma nova ordem. O

33. APEP, 306, 48 (22 jan. 1776); APEP, 319, 54 (1 set. 1777); APEP, 319, 304 (11 abr. 1778); APEP, 356, 20 (6 abr. 1780); APEP, 356, 21 (6 abr. 1780); APEP, 356, 25 (6 abr. 1780); APEP, 356, 26 (27 abr. 1780); APEP, 356, 68 (22 jun. 1780); APEP, 356, 103 (16 ago. 1780); APEP, 456, 237 (3 set. 1789); APEP, 456, 238 (3 set. 1789); APEP, 466, 106 (30 nov. 1790).

34. APEP, 466, 35 (10 set. 1790); APEP, 466, 50 (20 set. 1790); APEP, 466, 54 (24 set. 1790); APEP, 466, 64 (7 out. 1790); APEP, 466, 89 (4 nov. 1790); APEP, 466, 127 (18 dez. 1790); APEP, 551, 14 (11 fev. 1798).

aprendizado da língua portuguesa e o trabalho agrícola incutiriam – segundo aquele programa – os valores que tornariam os índios vassalos fiéis do rei e trabalhadores úteis ao Império.

Essa lei, por fim, guardava, como pretendi demonstrar, um caráter inédito. Sua condição laica inaugurava uma nova forma de pensar a inserção das populações indígenas na sociedade ocidental, dentro do universo luso-brasileiro. A catequese participava do processo, sem, contudo, conduzi-lo. Eram os diretores das povoações, os soldados, os representantes da administração colonial, por meio do convívio e da autoridade como esposos, os responsáveis pela transformação esperada.

Ressalte-se, contudo, que tratei aqui da projeção de uma estratégia pedagógica. O destaque é importante porque sinaliza o limite da lei. O programa estabelecido desconsiderou, em larga medida, a participação das populações indígenas, ao assumir os índios como tábulas rasas, nas quais seria possível escrever o que quer que fosse. O exercício da lei, como denunciam as colocações de Alexandre Rodrigues Ferreira e frei João de São José, resultou em formações muito distantes daquelas esperadas. Isso porque as populações indígenas tinham, elas também, seus projetos e não assistiram passivamente à implementação das políticas portuguesas. Isso, porém, é tema de um estudo exclusivo... De uma outra história.

Referências bibliográficas

Fontes:

Impressas:

Annaes da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará, Belém, t. 10, 1968.

Annaes da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará, Belém, t. 7, 1913.

DIRECTORIO que se deve observar nas Povoaçoens dos Índios do Pará, e Maranhão em quanto Sua Magestade não mandar o contrário. In: MOREIRA NETO, C. de A. *Índios na Amazônia, de maioria à minoria (1750-1850)*. Petrópolis: Vozes, 1988. p. 166-205.

FERREIRA, A. R. Diário da Viagem Filosófica pela Capitania de São José do Rio Negro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 48, v. 70, p. 1-234/ p. 63-65, 1885.

_____. Memória sobre os gentios Uerequena que habitam os Rios Içana e Xiê, afluentes do Rio Negro, Barcelos, 29/08/1787. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Viagem filosófica pelas Capitanias do Grão-Pará, Rio Negro e Cuiabá – memórias – antropologia*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1974. p. 72-73.

MENDONÇA, M C. de. *A Amazônia na Era Pombalina: correspondência inédita do governador e capitão-general do Estado do Grão Pará e Maranhão*, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Rio de Janeiro: IHGB, 1963. 3 v.

VIAGEM e visita do Sertão, em o Bispado do Gram-Pará em 1762 e 1763, escripta pelo Bispo D. Fr. João de S. José, monge beneditino. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 9, p. 43-107, 179-227, 328-375 e 476-527, 1869.

Manuscritas:

Arquivo Histórico Ultramarino: 33 (3080); 38 (3568); 48 (4362); 49 (4511), (4523); 51 (4690), (4701); 53 (4839); 93 (7450).

Arquivo Público do Estado do Pará: 103 (46), (63), (65); 166 (84); 217 (19), (37), (51); 243 (19); 279 (14); 291 (232), (249); 306 (48), (161), (168), (207); 319 (54), (304); 319 (13), (167), (366), (385); 356 (20), (21), (25), (26), (68) (85), (97), (103), (140), (151), (259); 456 (237), (238); 466 (30), (35), (50), (54), (64), (89), (106), (127); 551 (14).

Biblioteca Nacional de Lisboa – Coleção Pombalina: 620 (208); 628 (81).

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro: Seção de Manuscritos 21, 1, 9, 22° Título – “Agricultura”.

FERREIRA, A. R. Participação Geral do Rio Negro, e seu Território. Extrato do Diário da Viagem Filosófica pela Capitania de S. José do Rio Negro. Com a Informação do Estado Presente dos Estabelecimentos Portugueses no Sobredito Rio, nos Anos de 1785 e 86. Datada de Barcelos, 28 de Outubro de 1787; BN, SM, 21, 1, 9, 22° Título – “Agricultura”.

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: lata 284, pasta 3, doc. 31; lata 284, pasta 3, documento 13.

Referências:

ACEVEDO MARIN, R. E. Agricultura no delta do rio Amazonas: colonos produtores de alimentos em Macapá no período colonial. In: _____. *A escrita da história paraense*. Belém: NAEA/UFGA, 1998. p. 53-91.

ALENCASTRO, L. F. de. A interação européia com as sociedades brasileiras, entre os séculos XVI e XVIII. In: COMISSÃO NACIONAL PARA AS COMEMORAÇÕES DOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES. *Brasil nas vésperas do mundo moderno*. Lisboa: Quetzal Editores, 1991. p. 97-119.

_____. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ARNAUD, E. *Aspectos da legislação sobre os índios do Brasil*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1973.

AZEVEDO, J. L. de. *Os jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização – bosquejo histórico com vários documentos inéditos*. Belém: Secretaria de Estado de Cultura, 1999.

BITTENCOURT, C. M. F.; SILVA, A. C. da. Perspectivas históricas da educação indígena no Brasil. In: PRADO, M. L. C.; VIDAL, D. G. (orgs.). *À margem dos 500 anos: reflexões irreverentes*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. p. 63-81.

COELHO, M. C. *A diligência do saber: uma viagem ilustrada pelo Brasil no século XVIII*. 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, p. 73-143.

_____. A civilização da Amazônia – Alexandre Rodrigues Ferreira e o Diretório dos Índios: a educação de indígenas e luso-brasileiros pela ótica do trabalho. *Revista de História Regional* – Revista do Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, v. 5, n. 2, p. 149-174, inverno 2000.

_____. *Do sertão para o mar – um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da Colônia: o caso do Diretório dos Índios (1751-1798)*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

DOBRÁNSKY, E. A. *No tear de Palas – imaginação e gênio no século XVIII: uma introdução*. Campinas: Papirus, 1992.

DOMINGUES, Â. *Quando os índios eram vassallos: colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

DREYFUS, S. Os empreendimentos coloniais e os espaços políticos indígenas no interior da Guiana Ocidental (entre o Orenoco e o Corentino), de 1613 a 1796. In: CASTRO, E. V.; CUNHA, M. C. da. (orgs.). *Amazônia: etnologia e história indígena*. São Paulo: Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da USP/ FAPESP, 1993. p. 19-41.

FIGUEIREDO, L. R. A. *Barrocas famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997.

FREYRE, G. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Record, 1996.

HOLANDA, S. B. de. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

HURLEY, J. Noções de história do Brasil e do Pará. Separata da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraense*, Belém, v. 11, p. 1-576, 1938.

KERN, A. A. Cultura européia e indígena no rio da Prata nos séculos XVI/XVIII. *Estudos Ibero-Americanos* – Revista do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 5-18, dez. 1993.

KIEMEN, M. C. *The Indian Policy of Portugal in the Amazon Region, 1614-1693*. Washington: The Catholic University of America Press, 1954.

MACLACHLAN, C. The Indian Directorate: forced acculturation in Portuguese America (1757-1799). *The Americas* – Publication of The Academy of American Franciscan History, Washington, v. 28, n. 4, p. 357-387, abr. 1972.

MAXWELL, K. R. *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MONTEIRO, J. M. Vida e morte do índio: São Paulo colonial. In: MONTEIRO, John Manuel et al. *Índios no Estado de São Paulo: resistência e transfiguração*. São Paulo: Yancatu Editora & Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1984. p. 21-44.

_____. As populações indígenas do litoral brasileiro no século 16: transformação e resistência. In: COMISSÃO NACIONAL PARA AS COMEMORAÇÕES DOS

DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES. *Brasil nas vésperas do mundo moderno*. Lisboa: Quetzal Editores, 1991a. p. 121-136.

_____. Escravidão indígena e despovoamento na América portuguesa: São Paulo e Maranhão. In: COMISSÃO NACIONAL PARA AS COMEMORAÇÕES DOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES. *Brasil nas vésperas do mundo moderno*. Lisboa: Quetzal Editores, 1991b. p. 137-167.

NEVES, L. F. B. *Vieira e a imaginação social jesuítica – Maranhão e Grão-Pará no século XVII*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

PEREIRA, M. I. *Processo colonizador da Amazônia, no governo de Francisco Xavier de Mendonça Furtado*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca, 1990.

PERRONE-MOISÉS, B. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, M. C. da. *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/FAPESP, 1992. p. 115-132.

PORRO, A. *O povo das águas: ensaios de etno-história amazônica*. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

PRADO JÚNIOR, C. *Formação do Brasil contemporâneo – colônia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1977.

PREZIA, B.; HOORNAERT, E. *Brasil indígena: 500 anos de resistência*. São Paulo: Editora FTD, 2000.

RAIOL, D. A. Catechese dos Índios no Pará. *Annaes da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará*, Belém, t. 2, p. 117-183, 1968.

RODRIGUES, I. V. A política de Francisco Xavier de Mendonça Furtado no Norte do Brasil (1751-1759). *Oceano*, n. 40, p. 95-110, out./dez. 1999.

ROOSEVELT, A. C. Arqueologia amazônica. In: CUNHA, M. C. da. *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/FAPESP, 1992. p. 53-86.

SAMPAIO, P. M. M. *Espelhos partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia – Sertões do Grão-Pará, c. 1755 - c. 1823*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001.

SCHWARTZ, S. B. *Burocracia e sociedade no Brasil colonial: a Suprema Corte da Bahia e seus Juízes: 1609-1751*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

_____. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SOUZA, L. de M. e. *O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

TEIXEIRA SOARES, Á. *O Marquês de Pombal*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

VINCENT, L. *Educação e liberdade: Kant e Fichte*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

Endereço para correspondência:

Mauro Cezar Coelho

Faculdade de História, *campus* Universitário

Rua Augusto Correia, 1

Guamá – Belém-PA

CEP 66075-110

E-mail: mauroccoelho@yahoo.com.br

Recebido em: 13 nov. 2006

Aprovado em: 16 out. 2007